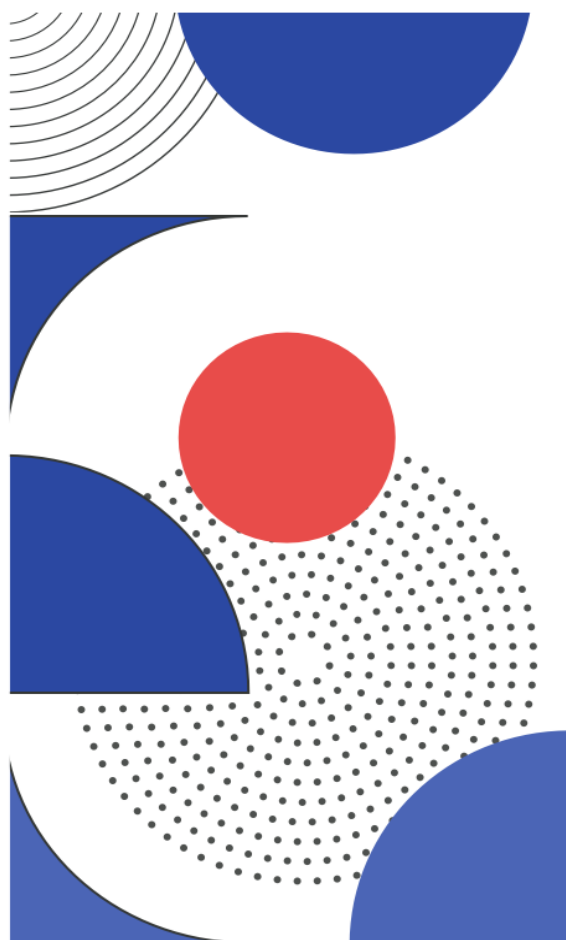


PAC-AUD-DAI - 12020
Código de validação: 56D6102A73

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO (PAC-AUD) 2021

Diretoria de Auditoria Interna



PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO (PAC-Aud) 2021

1. APRESENTAÇÃO

Diante da elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna para 2021 (PAAI/2021), contemplando todas as atividades a serem desenvolvidas pelos servidores lotados na Diretoria de Auditoria Interna (DAI) e em suas duas Coordenadorias, de Auditoria (COAUD) e de Avaliação de Controles Internos e de Monitoramento (COACIM), procedeu-se ao planejamento das capacitações necessárias ao preparo da equipe.

O PAC-Aud é uma exigência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), consoante artigos 69 a 73 da Resolução CNJ nº 309, de 11 de março de 2020. Foi regulamentado internamente no Estatuto de Auditoria Interna deste Poder Judiciário (RESOL-GP 602020, artigos 75 a 83).

A finalidade do PAC-Aud é desenvolver as competências técnicas e gerenciais necessárias à formação de auditor. Para tanto, considera as lacunas de competência dos servidores e os temas das auditorias e demais atividades previstas no PAAI.

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO

Prioritariamente, a elaboração do PAC-Aud teria que levar em consideração o mapeamento de competências individuais dos servidores (art. 69, § 1º, da Resolução CNJ nº 309). Considerando que essas informações não se encontram disponíveis, estando em curso trabalho de mapeamento de competências setoriais por parte da Diretoria de Recursos Humanos, não puderam subsidiar o PAC-Aud 2021.

A definição das ações de capacitação dos servidores que desenvolvem atividade de auditoria interna, lotados na DAI e Coordenadorias, teve por fundamento a aplicação de um questionário, via formulário eletrônico, de autoavaliação de competências, com base na Estrutura Global de Competências da Auditoria Interna, publicada pelo The IIA (The Institute of Internal Auditors), em 2013. Essa estrutura define dez competências fundamentais para a profissão de auditoria interna: gerenciamento da auditoria interna; ética profissional; expertise técnica (IPPF, governança, riscos e controle, tino comercial); habilidades pessoais (comunicação, persuasão e colaboração, raciocínio crítico); entrega da auditoria interna; melhoria e inovação



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

(www.theia.org/goto/CBOK).

Aliado a essas competências, os servidores se autoavaliaram quanto aos conhecimentos requeridos pelo Plano Anual de Auditoria Interna para 2021.

Considerando as áreas de atuação de cada servidor em relação ao PAAI 2021, e segundo as diretrizes contidas no art. 71 da Resolução CNJ nº 309, reproduzidas no art. 80 da RESOL-GP 602020, foram selecionadas ações de capacitação em instituições de reconhecimento internacional, como o Instituto de Auditores Internos do Brasil, em empresas privadas, bem como em instituições governamentais reconhecidas, estas últimas gratuitas.

Para atender ao disposto no art. 72, *caput*, da Resolução CNJ nº 309, dispositivo reproduzido no art. 81 da RESOL-GP 602020, algumas capacitações tem por fim a obtenção de certificação de auditor interno, com duas servidoras já tendo iniciado os estudos para ingresso no Programa CIA, do IIA, e obtenção da correspondente certificação.

Também consta no planejamento curso de formação básica de auditores, a ser ofertado sempre que houver novos servidores na unidade de auditoria interna (art. 69, § 2º, Resolução CNJ nº 309 e art. 77 da RESOL-GP 602020).

3. CAPACITAÇÕES PREVISTAS

As capacitações definidas a seguir estabelecem um mínimo de 40 (quarenta) horas para cada servidor ao longo de 2021. Atende, dessa forma, à exigência contida no art. 72 da Resolução CNJ nº 309 e art. 82 da RESOL-GP 602020.

Tendo em vista as atividades previstas e os GAPs de competência dos servidores que desempenham trabalho de auditoria interna, ao que prevê o art. 25, inciso II, da RESOL-GP 602020, o PAAI para 2021 destacou as capacitações requeridas para o cumprimento do que foi planejado: Auditoria em geral; IPPF; Governança e Gestão de Riscos; Métodos Ágeis; IA-CM; Avaliação de Controles Internos; Licitações e Contratos; Contabilidade Aplicada ao Setor Público; Auditoria de Obras Públicas; Orçamento Público; Lei de Responsabilidade Fiscal; Legislação de pessoal; Aposentadoria; Serventias Extrajudiciais; Extração e tratamento de dados; Excel Intermediário e Avançado.

Paralelo às capacitações, alguns GAPs serão supridos através de estudo dirigido internamente, a exemplo do conhecimento do Estatuto de Auditoria Interna, do Código de Ética e do Manual de orientações técnicas da atividade de auditoria interna governamental do Poder



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

Executivo Federal, adotado como manual de auditoria interna deste Poder Judiciário, nos termos do art. 86 da RESOL-GP 602020.

Em alinhamento a essas áreas de conhecimento e às competências requeridas do auditor interno, foram selecionadas as seguintes ações de capacitação:

Código	Curso	Carga horária	Instituição	Período	Valor
1	A liderança pública em tempos de crise	10h	ENAP	Livre	Gratuito
2	Acessibilidade em espaços de uso público	20h	ENAP	Livre	Gratuito
3	Acessibilidade em espaços edificados de uso público	20h	ENAP	Livre	Gratuito
4	Acesso à informação	20h	ENAP	Livre	Gratuito
5	Ágil no contexto do serviço público	15h	ENAP	Livre	Gratuito
6	Contabilidade com foco na gestão do patrimônio público	21h	ENAP	Livre	Gratuito
7	Design Thinking para inovação em governo	10h	ENAP	Livre	Gratuito
8	Elaboração de Relatórios de Auditoria	30h	ENAP	Livre	Gratuito
9	Fiscalização de Projetos e Obras de Engenharia	40h	ENAP	Livre	Gratuito
10	Gestão Orçamentária e Financeira	20h	ENAP	Livre	Gratuito
11	Gestão de Riscos em Processos de Trabalho (segundo o COSO)	20h	ENAP	Livre	Gratuito
12	Introdução ao Orçamento Público	40h	ENAP	Livre	Gratuito
13	Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Novo Regime Fiscal (NRF)	30h	ENAP	Livre	Gratuito
	Liderança sinérgica e				



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

14	cultura empática: introdução à comunicação não-violenta (CNV) <i>* Apenas para altos dirigentes</i>	20h	ENAP	29/01/2021 a 10/02/2021	Gratuito
15	Orçamento Público	40h	ENAP	Livre	Gratuito
16	Principais aspectos das mudanças da contabilidade aplicada ao setor público	30h	ENAP	Livre	Gratuito
17	Técnicas de auditoria interna governamental	40h	ENAP	Livre	Gratuito
18	Gestão Orçamentária e Financeira	20h	TCU - ISC	Livre	Gratuito
19	Auditoria Baseada em Risco - Etapa I	25h	TCU - ISC	Livre	Gratuito
20	Auditoria Baseada em Risco - Etapa II	25h	TCU - ISC	Livre	Gratuito
21	IA-CM*	32h	IIA	26/04/2021 a 29/04/2021	R\$ 3.000,00
22	CIA 2*	32h	IIA	Sem previsão	R\$ 3.700,00
23	Glein on line CIA 3*	-	IIA	Livre	R\$ 1.300,00
24	Auditoria Interna Governamental	-	CGU	Sem previsão	Gratuito
25	Auditoria em folha de pagamento	20h	Escola de Contas Públicas - TCE/PE	Livre	Gratuito
26	Google Planilha Básico	20h	Escola de Contas Públicas - TCE/PE	Livre	Gratuito
27	Google Docs Básico	12h	Escola de Contas Públicas - TCE/PE	Livre	Gratuito
28	Desenvolvimento de equipes	10h	Senado	Livre	Gratuito
29	Introdução ao Orçamento Público	40h	Senado	Livre	Gratuito
30	Acessibilidade aplicada NBR 9050 e NBR 16537 (<i>in</i>)	20h	AEA Educação	A definir	R\$



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

	<i>company, até 30 participantes)</i>		Continuada		17.900,00
31	Estratégia e inovação no contexto do Poder Judiciário	20h	ESMAM	Sem previsão	Gratuito
32	Gestão de conflitos nas organizações e relações interpessoais no ambiente de trabalho	30h	ESMAM	Sem previsão	Gratuito
33	Licitações e contratos (nova Lei de Licitações)	-	-	Sem previsão	
34	Previdência dos servidores públicos	20h	Capacity Treinamento e Aperfeiçoamento	22/02/2021 a 26/02/2021	R\$ 1.590,00

* Pré-requisito: ser associado do Instituto dos Auditores Internos - IIA

Cada servidor destinará horas em ações de capacitação, conforme quadro prioritário a seguir, o que não exclui as escolhas de interesse pessoal. Alguns cursos previstos de forma individual foram sugestão dos próprios servidores e também indicação por parte da Diretora de Auditoria Interna, na busca do aperfeiçoamento e melhoria do trabalho da unidade.

Diretoria de Auditoria Interna (DAI)				
Servidor	Matrícula	Atividade	Capacitações necessárias	Cursos previstos
Daniela Oliveira de Araujo Vieira	114090	<ul style="list-style-type: none"> * Gestão de riscos dos principais processos da unidade * Relatório Anual de Atividades * Elaboração do Programa de Avaliação e Melhoria da Qualidade da auditoria interna * Elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna para 2022 * Elaboração do Plano de 	<ul style="list-style-type: none"> * IPPF * Governança e gestão de riscos * Métodos Ágeis * IA-CM * Avaliação e Melhoria da Qualidade da auditoria interna * Consultoria * Extração e tratamento de dados 	5, 7, 11, 21, 22, 23



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

		<p>Longo Prazo de Auditoria Interna para 2022-2025</p> <p>* Elaboração do Plano Anual de Capacitação de Auditoria Interna - PAC-Aud para 2022</p>	<p>* Excel ou outra planilha eletrônica</p>	
Isabel Cristina Viana Costa	109165	<p>* Auditoria de licitações e contratos</p> <p>* Auditoria de folha de pagamento</p>	<p>* IPPF</p> <p>* Auditoria em geral</p> <p>* Governança e gestão de riscos</p> <p>* Métodos ágeis</p> <p>* Licitações e contratos</p> <p>* Legislação de pessoal</p> <p>* Extração e tratamento de dados</p> <p>* Excel ou outra planilha eletrônica</p>	5, 7, 8, 11, 17, 24, 25, 26, 31, 33
Jurema Mamede de Paiva Santos	107318	<p>* CAE (Chief Audit Executive)</p> <p>* Supervisão dos trabalhos da unidade de auditoria interna</p>	<p>* IPPF</p> <p>* Governança e gestão de riscos</p> <p>* Métodos ágeis</p> <p>* IA-CM</p> <p>* Orçamento Público</p> <p>* LRF</p> <p>* Aposentadoria</p> <p>* Governança e gestão de TIC</p> <p>* Avaliação e Melhoria da Qualidade da auditoria interna</p> <p>* Consultoria</p> <p>* Extração e tratamento de dados</p> <p>* Excel ou outra planilha eletrônica</p>	5, 7, 11, 13, 14, 18, 21, 22, 23, 33, 34
			<p>* IPPF</p> <p>* Auditoria em geral</p> <p>* Governança e gestão de riscos</p> <p>* Métodos ágeis</p>	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

Lanúzia Pires Carvalho	128967	<ul style="list-style-type: none"> * Auditoria de licitações e contratos * Auditoria das Serventias Extrajudiciais * Processos de aposentadoria 	<ul style="list-style-type: none"> * Licitações e contratos * Aposentadoria * Serventias extrajudiciais * Extração e tratamento de dados * Excel ou outra planilha eletrônica 	1, 5, 7, 8, 11, 17, 19, 20, 26, 33, 34
Larissa Goretti Moura Freitas de Matos	156448	<ul style="list-style-type: none"> * Auditoria de folha de pagamento * Auditoria das Serventias Extrajudiciais * Processos de aposentadoria * Elaboração do Plano Anual de Capacitação de Auditoria Interna - PAC-Aud para 2022 	<ul style="list-style-type: none"> * Orçamento Público * Contabilidade Pública * Folha de Pagamento * Governança e gestão de riscos * Serventias extrajudiciais * Licitações e contratos * Aposentadoria 	5, 6, 7, 11, 16, 18, 19, 20, 33, 34
Marcia Cristina Ferro Carvalho	129577	<ul style="list-style-type: none"> * Auditoria de licitações e contratos * Auditoria das serventias extrajudiciais 	<ul style="list-style-type: none"> * IPPF * Métodos ágeis * Serventias extrajudiciais * Extração e tratamento de dados 	5, 7, 8, 17, 19, 20, 24, 33
Sueli do Socorro Freitas de Carvalho	132803	<ul style="list-style-type: none"> * Auditoria de licitações e contratos * Auditoria das serventias extrajudiciais * Processos de aposentadoria 	<ul style="list-style-type: none"> * Licitações e Contratos * Aposentadoria * Serventias extrajudiciais * Extração e tratamento de dados * Excel ou outra planilha eletrônica 	8, 17, 24, 25, 26, 33, 34

Coordenadoria de Auditoria (COAUD)

Servidor	Matrícula	Atividade	Capacitações	Cursos
----------	-----------	-----------	--------------	--------



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

			necessárias	previstos
Anna Grace de Oliveira Cardoso Sousa	99499	<ul style="list-style-type: none"> * Auditoria de licitações e contratos * Auditoria de folha de pagamento * Auditoria das Serventias Extrajudiciais * Auditoria Contábil * Gestão de riscos dos principais processos da unidade * Elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna para 2022 * Elaboração do Plano de Longo Prazo de Auditoria Interna para 2022-2025 	<ul style="list-style-type: none"> * IPPF * Auditoria em geral * Governança e gestão de riscos * Métodos ágeis * Licitações e contratos * Orçamento Público * Lei de Responsabilidade Fiscal * Governança e gestão de TIC * Avaliação e melhoria da qualidade da auditoria interna * Extração e tratamento de dados 	5, 7, 8, 11, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 24, 28, 32
Augusto Cesar Maia Araújo Junior	102913	<ul style="list-style-type: none"> * Auditoria de licitações e contratos * Auditoria das Serventias Extrajudiciais 	<ul style="list-style-type: none"> * IPPF 	1, 5, 7, 8, 11, 17, 24, 33
Janaína Coelho Serra de Amorim	107763	<ul style="list-style-type: none"> * Auditoria de licitações e contratos * Auditoria de folha de pagamento 	<ul style="list-style-type: none"> * IPPF * Auditoria em geral * Governança e gestão de riscos * Métodos ágeis * Licitações e contratos * Legislação de pessoal * Extração e tratamento de dados * Excel ou outra planilha eletrônica 	5, 7, 8, 11, 17, 19, 20, 24, 25, 26, 33
Lucas de Oliveira Bittencourt	173013	<ul style="list-style-type: none"> * Relatório de Gestão Fiscal * Auditoria de folha de pagamento * Auditoria Contábil 	<ul style="list-style-type: none"> * IPPF * Governança e gestão de riscos * Legislação de pessoal * Extração e tratamento de dados 	5, 7, 8, 11, 16, 19, 20, 25
		<ul style="list-style-type: none"> * Relatório da auditoria interna, compondo a 	<ul style="list-style-type: none"> * IPPF 	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

Stenio Leonardo Ramos Ribeiro	175133	Prestação de Contas ao TCE/MA * Auditoria de folha de pagamento * Auditoria Contábil	* Métodos ágeis * Legislação de pessoal * Extração e tratamento de dados	1, 5, 7, 8, 16, 24, 25
-------------------------------	--------	--------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------	------------------------

Coordenadoria de Avaliação de Controles Internos e de Monitoramento (COACIM)				
Servidor	Matrícula	Atividade	Capacitações necessárias	Cursos previstos
Aline dos Santos Bastos Silva	175091	* Monitoramento das recomendações de auditorias realizadas	* IPPF * Métodos ágeis * Extração e tratamento de dados * Excel ou outra planilha eletrônica * Governança e gestão de riscos	5, 7, 11, 19, 20, 21, 24, 26
Carlos Rodrigues Santos	150888	* Monitoramento das recomendações de auditorias realizadas * Avaliação de Controles Internos na Diretoria de Engenharia * Auditoria das Serventias Extrajudiciais	* Auditoria de Obras Públicas	5, 7, 8, 9, 24
Djanne de Oliveira Soares	101899	* Gestão de riscos dos principais processos da unidade * Avaliação de Controles Internos na Diretoria de Engenharia * Auditoria Coordenada pelo CNJ em Acessibilidade	* Auditoria de Obras Públicas	2, 3, 8, 9, 24, 30
Leandro Barbosa	158725	* Monitoramento das recomendações de auditorias realizadas * Elaboração do Programa de	* IPPF * Governança e gestão de riscos * Métodos ágeis * IA-CM * Avaliação e Melhoria	5, 7, 8, 11, 19, 20



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

Amorim		Avaliação e Melhoria da Qualidade da auditoria interna	da Qualidade da auditoria interna * Extração e tratamento de dados	
Luciana Siqueira Pontes	136358	* Avaliação de Controles Internos na Diretoria de Engenharia * Auditoria Coordenada pelo CNJ em Acessibilidade	* IPPF * Auditoria em geral * Governança e gestão de riscos * Métodos ágeis * Avaliação de controles internos * Auditoria de Obras Públicas * Acessibilidade * Extração e tratamento de dados * Excel ou outra planilha eletrônica	2, 3, 5, 7, 8, 9, 11, 17, 19, 20, 24, 30
Patrícia Fonseca Pereira dos Santos	139840	* Coordenação do monitoramento * Gestão de riscos dos principais processos da unidade * Avaliação de Controles Internos na Diretoria de Engenharia * Auditoria Coordenada pelo CNJ em Acessibilidade * Elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna para 2022 * Elaboração do Plano de Longo Prazo de Auditoria Interna para 2022-2025	* Extração e tratamento de dados	1, 2, 3, 8, 9, 11, 24, 30

4. RESPONSABILIDADE PELO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

Em atenção ao princípio da competência, previsto no Código de Ética da Auditoria Interna (RESOL-GP 612020), o auditor interno deve atuar em conformidade com as normas internacionais para a prática profissional de auditoria interna, buscando a melhoria contínua em proficiência, eficácia e qualidade de seus serviços. Deve ainda buscar os necessários conhecimentos e habilidades para a execução dos trabalhos.

Dessa forma, cada servidor incluído no presente PAC-Aud realizará o gerenciamento de seus cursos, sob a supervisão da Diretora de Auditoria Interna, realizando comprovação de conclusão mediante apresentação de certificado.

Nas auditorias ou demais atividades em que o conhecimento requerido pressupõe a realização de curso, o certificado deverá ser encaminhado à Diretora de Auditoria Interna antes de seu início.

5. SUBMISSÃO À UNIDADE RESPONSÁVEL POR CAPACITAÇÕES

Nos termos do art. 78 da RESOL-GP 602020, alinhado ao art. 70 da Resolução CNJ nº 309, o PAC-Aud deverá ser submetido à ESMAM e à unidade responsável pela contratação de cursos e eventos do órgão imediatamente após a aprovação do PAAI pelo Presidente do Tribunal. A aprovação do PAAI para 2021 ocorreu através do ATOPRESIDENCIA-GP 452020, de 02 novembro de 2020.

A importância da capacitação do auditor interno é tamanha que o art. 70, § 2º, da Resolução CNJ nº 309, reproduzida no art. 78, parágrafo único, da RESOL-GP 602020, prevê que "a não contratação de cursos constantes no plano poderá implicar cancelamento de auditorias ou consultorias, por incapacidade técnica da equipe de auditoria interna".

Nesses termos, submetemos o presente PAC-Aud ao conhecimento e providências por parte da ESMAM e da Diretoria de Recursos Humanos, quanto aos cursos que possuem investimento, com ciência prévia do Presidente deste Egrégio Tribunal de Justiça.

JUREMA MAMEDE DE PAIVA SANTOS
Diretor de Auditoria Interna
Diretoria de Auditoria Interna
Matrícula 107318





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 18/12/2020 09:56 (JUREMA MAMEDE DE PAIVA SANTOS)

